

**A DIPLOMACIA BRASILEIRA E A PARTICIPAÇÃO DOS MILITARES:
DE 1822 A 1937**

Marcio Sousa de Pinho¹

RESUMO: O presente artigo possui ligação com o desenvolvimento da tese de doutorado provisoriamente intitulada *A atuação militar brasileira na Conferência de Paz do Chaco (1935-1938)*. A diplomacia brasileira, desde o surgimento do seu Estado, contou com a participação dos militares em seu proveito. Progressivamente, tal atuação foi sendo transitada do emprego da tropa como demonstração de força até a utilização de militares isolados, como observadores militares, ainda que subordinados ao corpo diplomático acreditado em Estado estrangeiro. Deste modo, este artigo busca analisar a atuação de militares na diplomacia de Estado, do período da independência até o ano de 1937. As fontes utilizadas reúnem documentos constantes do Arquivo Histórico do Exército e do Arquivo Histórico do Itamaraty. Os resultados do estudo apontam para um modelo originário do que atualmente tem sido nominado por teóricos como diplomacia militar.

Palavras-chave: Diplomacia, Militares, Exército, Guerra do Chaco.

ABSTRACT: This article is linked to the development of the doctoral thesis provisionally entitled *Brazilian military action at the Chaco Peace Conference (1935-1938)*. Brazilian diplomacy, since the emergence of its State, has relied on the participation of the military to its advantage. Progressively, this action was transitioned from the use of troops as a demonstration of force to the use of isolated military personnel, as military observers, although subordinate to the diplomatic corps accredited in a foreign State. Therefore, this article seeks to analyze the role of military personnel in State diplomacy, from the period of independence until 1937. The sources used bring together documents contained in the Army Historical Archive and the Itamaraty Historical Archive. The results of the study point to an original model of what has currently been termed by theorists as military diplomacy.

Keywords: Diplomacy, Military, Army, Chaco War.

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em História, na Universidade Salgado Oliveira (UNIVERSO), em Niterói – RJ. Mestre em História pela UNIVERSO e Mestre em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Especialista em Bases Geo-Históricas para formulação Estratégica pela Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME). Licenciado em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

INTRODUÇÃO

Diplomacia é a ciência que estuda as relações e interesses internacionais entre Estados, sendo uma atividade que envolve relações internacionais por meio de governantes, de representações em outro país ou de qualquer outro órgão internacional (Michaelis 2022).

As relações entre Estados por intermédio de emissários ou mensageiros, advém da Idade Antiga. Todavia, o formato atual da diplomacia tem origem no século XV, na Itália, com a intensificação do comércio e a consequente necessidade de utilizar agentes para conduzir as negociações (Silva 2017, 4).

A Paz de Vestfália, em 1648, permitiu que fossem definidos os conceitos de Estado moderno, soberania e igualdade jurídica entre Estados. Ainda no século XVII, os embaixadores substituíram os agentes temporários nas missões diplomáticas. No século XVIII, a diplomacia foi institucionalizada mundialmente. Já no século XIX, a Revolução Industrial garantiu a sequência de avanços tecnológicos, além do interesse pela política externa. No século XX, a diplomacia aprimorou-se acompanhando o aumento da quantidade de Estados (Silva 2017, 5-6).

Diplomacia corresponde ao método para aplicação das relações internacionais por meio de negociações. Edmund Burke, em 1796, foi a primeira pessoa a usar o termo, consagrado apenas no século seguinte. No século XX, fruto do avanço dos meios de comunicação e no campo ideológico, o político revestiu-se de funções típicas dos diplomatas (Ostellino 1998, 348-349).

No meio acadêmico, o estudo da diplomacia é largamente praticado na área das Relações Internacionais. Entretanto, o emprego de militares na diplomacia não tem sido uma temática usual e nem consolidada. Diante deste panorama, nossa proposta é levar em consideração os principais litígios em que o Brasil participou dos armistícios ou tratados de paz, no período de 1822 a 1937.

A História do Império Português é indispensável para perceber a natureza diplomática portuguesa herdada pelo Brasil, legado que coloca o Brasil como um Estado tradicionalmente pacifista, contando com o respeito dos outros Estados em arbitragens internacionais. Tratando-se de defesa externa, o Estado brasileiro

mantém suas forças militares em permanente estado de preparo, uma vez que o emprego, como visto na Guerra da Tríplice Aliança ou durante a Segunda Guerra Mundial, parte no sentido de reagir às hostilidades ou ameaças à soberania nacional. Analisar a participação dos militares das Forças Armadas brasileiras nos rumos do país cresce de importância para o entendimento do emprego destes como adidos militares nas embaixadas brasileiras existentes pelo mundo, nas operações de manutenção da Paz e como observadores nas diversas missões sob a égide da Organização das Nações Unidas.

Compreender a atuação dos militares na diplomacia requer um esforço de perceber os militares a partir da inserção no processo político como parte do Estado. Para isso, devem ser levados em consideração a formação dos recursos humanos como base de entendimento da relação dos militares com a política nacional, além das políticas institucionais promovidas pela elite militar no transcurso da história de seu Estado.

No campo diplomático, a formação centralizadora do Estado Nacional brasileiro no século XIX e a influência do modelo português de relações exteriores foram base para a construção de um estado republicano mantenedor dos limites e da soberania. O Brasil monárquico se manteve coeso e as repúblicas hispânicas foram sendo desmembradas.

DIPLOMACIA BRASILEIRA

Na apreciação da diplomacia brasileira é indispensável atentar para o legado deixado pelo Império Português, uma vez que o Brasil herdou uma tradição pacifista e formação centralizadora. Historiadores portugueses como António Manuel Hespanha, Joaquim Romero Magalhães, Ângela Barreto Xavier e Cristina Nogueira Silva, ou ainda, o americano Stuart B. Schwartz e os brasileiros Larissa Patron Chaves, Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno, contribuem significativamente para o entendimento da construção de um estado republicano mantenedor dos limites e da soberania.

Em 1808, com a chegada da família real portuguesa em sua colônia na América, as pastas que cuidavam das relações exteriores e da guerra estiveram

reunidas no Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (Cervo; Bueno 2002, 25). Nesse momento, pode-se destacar uma associação entre assuntos de interesse militar com assuntos diplomáticos.

Em 1821, o Ministério dividiu-se em Secretarias: Secretaria da Guerra e Secretaria de Negócios Estrangeiros. Em 2 de maio de 1822, através de um decreto, a Secretaria dos Negócios Estrangeiros foi transferida para a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, dando origem à Secretaria de Estado dos Negócios do Reino e Estrangeiro (Brasil 2016).

Com a República já instaurada, a nomenclatura utilizada pela pasta das Relações Exteriores do Brasil no período do governo Vargas, precisamente entre 1932 a 1938, era Secretaria de Estado das Relações Exteriores (Arquivo Histórico do Itamaraty 1932-1938)².

Os Estados Unidos da América (EUA) foram o primeiro país a reconhecer formalmente a independência do Brasil, em maio de 1824. No mesmo ano, José Silvestre Rebelo foi designado encarregado de negócios em Washington e, no ano seguinte, Condé Raguet foi nomeado representante diplomático no Brasil (Ricupero 2011).

O Reino Unido, apesar de ter reconhecido a independência do Brasil, demorou para formalizar sua posição porque queria condicioná-la ao fim do tráfico de escravos no Brasil. Em 1825, impôs ao Brasil a assinatura de um tratado de comércio e abolição do tráfico de escravos. Nos anos seguintes, o Brasil assinou tratados com o Reino Unido que continham teor comercial. Por sua vez, Portugal reconheceu a independência em agosto de 1825, através da assinatura de um tratado em que o Brasil se comprometeu a indenizar Portugal com dois milhões de libras, além de não se unir a qualquer outra colônia. Ainda no ano de 1825, México, França e Áustria reconheceram a independência do Brasil, seguidas por Suécia, Santa Sé, Suíça, Países Baixos, Prússia e Rússia, ao longo de 1826 e 1827. Em contrapartida, os países europeus exigiram do Brasil o pagamento de imposto de importação no valor de 15% (Doratioto; Vidigal 2014).

² O conjunto de documentos pesquisados no Arquivo Histórico do Itamaraty englobam: Ofícios, Telegramas e Despachos da Embaixada Brasileira em Buenos Aires e das Legações do Brasil em Assunção e em La Paz com o Itamaraty;

A independência brasileira interessava ao Reino Unido, EUA e aos novos Estados independentes da América Hispânica. O rompimento com Portugal tratou-se de uma decisão política do Brasil implementada em nível nacional, não contando com o apoio externo ou sua oposição (Cervo; Bueno 2002, 26-27).

Algumas causas explicam o rompimento do Brasil com Portugal, como a crise do sistema colonial, as revoltas separatistas, os ideais liberais e a transferência da Corte em 1808. A revolução liberal portuguesa, em 1820, promoveu o retorno de dom João VI a Portugal, em 1821. Com isso, foi implantada uma regência no Brasil vinculada ao seu filho Pedro. As medidas adotadas para garantir o restabelecimento colonial promoveram a subversão das lideranças brasileiras, da opinião pública e das forças contribuintes para o desenvolvimento do processo de independência (Cervo; Bueno 2002, 31).

Após a apreciação do processo de independência do Brasil, destacaremos alguns fatos diplomáticos ocorridos envolvendo o Estado brasileiro. Garcia ressalta que, em 1823, o presidente dos EUA James Monroe difundiu a Doutrina Monroe, através da qual a América Latina adquiria proteção dos EUA contra os Estados europeus. O Brasil foi o primeiro país sul-americano a reconhecer a Doutrina Monroe (Garcia 2005).

Na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, o Reino Unido manteve neutralidade, apesar dos seus diplomatas no rio da Prata serem contrários ao Paraguai. A França adotou postura similar, mas seu cônsul em Assunção, Cuverville, simpatizava com a causa paraguaia. Com a morte de Solano López, em 1870, a guerra terminou e iniciou-se uma nova fase na política externa brasileira em que o Brasil restabeleceu relações com a Argentina e buscou o respeito das grandes potências (Doratioto; Vidigal 2014, 29).

Com a proclamação da República, o Brasil fortaleceu ainda mais sua aliança com os EUA. Em 1891, foi assinado o Tratado de Reciprocidade entre os dois Estados. No Brasil Império, este tratado foi recusado porque estipulava a isenção de impostos de importação no Brasil para uma série de produtos norte-americanos. Em troca, o açúcar, o couro e o café brasileiros estavam isentos de impostos nos EUA (Garcia 2005, 56).

José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, é o patrono da diplomacia brasileira. Nascido em 20 de abril de 1845, no Rio de Janeiro, permaneceu na capital federal até a conclusão da educação básica no Liceu Dom Pedro II. Deslocou-se para São Paulo, onde iniciou o curso de Direito. No último ano do curso de graduação, transferiu-se para a Faculdade de Recife. Em 1876, iniciou sua carreira diplomática ao ter sido nomeado Cônsul Geral do Brasil em Liverpool, na Inglaterra. Seu prestígio e destaque ocorreu durante a Primeira República, durante a presidência de Floriano Peixoto, devido as suas ações exercidas aos limites fronteiriços do Brasil, em especial, na defesa dos interesses brasileiros contra a Argentina pelo território de Palmas. Em 1902, José Paranhos foi nomeado Ministro das Relações Exteriores, cargo que permaneceu até sua morte, em 10 de fevereiro de 1912. Uma outra atuação do Barão do Rio Branco louvável ocorreu durante as negociações que culminaram na anexação do Acre ao território brasileiro, através da assinatura, em 1903, do Tratado de Petrópolis pelos governos do Brasil e Bolívia (Pimentel 2013, 400-401).

Nas tratativas realizadas com a Bolívia para a anexação do Acre, Rio Branco baseou-se em argumentos históricos, geográficos e políticos para conseguir a soberania brasileira neste território. Com o acordo selado, o Brasil indenizou à Bolívia a quantia de dois milhões de libras esterlinas, além de garantir o acesso ao rio Amazonas aos bolivianos, como meio de acesso ao Atlântico. O Brasil também prometeu construir uma ferrovia entre os rios Madeira e Mamoré. Como moeda de troca, o Brasil concedeu porção territorial na região da Bahia Negra, permitindo à Bolívia o acesso ao Atlântico pela região do Prata, por conta da livre navegação nos rios Paraguai e Paraná (Doratioto; Vidigal 2014, 45).

As relações do Brasil com as principais potências mundiais tiveram um deslocamento diplomático da Europa, mais precisamente Londres, para a América, em Washington. Em 1905, a primeira embaixada brasileira foi instalada na capital dos Estados Unidos da América. Para os norte-americanos, a aproximação com o Brasil era vantajosa economicamente, tanto como mercado e quanto em capacidade para investimentos. No aspecto geopolítico, cabe ressaltar a estreita relação entre a Argentina e o Reino Unido como impedimento para a aproximação norte-americana. Para o Brasil, país periférico e agroexportador, os EUA tornaram-se um importante mercado consumidor (Cervo; Bueno 2002, 192-195).

No Brasil, a Revolução de 1930 colocou no poder Getúlio Vargas como presidente, designando Afrânio de Melo Franco como chanceler. O governo Vargas foi reconhecido por muitos países. Na sequência, nos primeiros dias do mês de novembro, reconheceram o novo governo: Peru, Chile, Bolívia, Itália, Portugal, Uruguai, Argentina, Áustria, Equador, EUA, Grã-Bretanha, Suécia, Tchecoslováquia, México, Bélgica, Cuba, Colômbia, Santa Sé, Alemanha, França, Japão e Paraguai, entre outros países (Garcia 2005, 76).

A política externa de Vargas para a região do rio da Prata seguiu as orientações da época de Rio Branco na defesa da estabilidade política regional, na postura de não intervenção em assuntos internos dos países vizinhos e no diálogo constante com a Argentina (Doratioto 2014, 116).

Em 1937, a implantação do regime do Estado Novo, além de manter o alinhamento com os EUA, caracterizou-se pelo alinhamento também com a Alemanha. Como forma de buscar o equilíbrio, Vargas nomeou como chanceler Oswaldo Aranha, político gaúcho e ex-embaixador em Washington (Garcia 2005, 80).

Todavia, em abril de 1938, por intermédio de um Decreto, Vargas proibiu qualquer atividade política no Brasil por parte de estrangeiros. Com isso, as atividades de propaganda político-ideológica do Partido Nazista na região sul do Brasil levaram à crise diplomática entre o Brasil e a Alemanha. Na ocasião, o embaixador alemão no Brasil, Karl Ritter, foi declarado *persona non grata* pelo governo brasileiro. Em troca, o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Alemanha adotou postura similar com o embaixador brasileiro em Berlim, José Joaquim Moniz de Aragão (Garcia 2005, 81).

Cervo e Bueno (2002, 16) percebem uma semelhança da historiografia brasileira das relações internacionais em relação à dos outros países, apontando que até a década de 1950 reinava a história diplomática tradicional, com interpretações próprias de cada Estado. No caso brasileiro, a criação do Instituto Rio Branco, em 1945, estimulou os estudos diplomáticos e rompeu com o gênero historiográfico até então predominante.

Findadas as discussões acerca do breve histórico diplomático brasileiro, dedicaremos a próxima sessão à análise da atuação dos militares brasileiros como parte da diplomacia do Estado brasileiro, descrevendo as formas de atuação nos

regimes monárquico e republicano, apreciando a evolução desse processo e contribuindo para a realização de discussões teóricas sobre o assunto.

PARTICIPAÇÃO DOS MILITARES NA DIPLOMACIA

Logo após a independência brasileira, a Guerra da Cisplatina durou de 1825 a 1828. Trata-se de um conflito bélico ocorrido entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, atual Argentina, pela posse da Província Cisplatina, região do atual Uruguai. Em 1821, ocorreu a incorporação da Cisplatina por D. João. Em 1823, Pedro I recusou o pedido do governo de Buenos Aires para que as tropas brasileiras se retirassem da Banda Oriental, de modo esta fosse incorporada às Províncias Unidas do Rio da Prata. Diante da recusa, uma insurreição uruguaia declarou a união da Cisplatina com as Províncias Unidas do Rio da Prata. Após o Congresso de Buenos Aires reintegrar a Banda Oriental ao território argentino e as Províncias Unidas do Rio da Prata romperem relações com o Império Brasileiro, a resposta brasileira ocorreu através de declaração formal de guerra por D. Pedro I, em 10 de dezembro de 1825. Ao longo de três anos, os embates ocorreram com o emprego de forças terrestre e naval, havendo impasse no campo militar porque nem as forças do Rio da Prata conseguiam vencer o Exército Imperial em Montevideu e Sacramento, nem as tropas brasileiras conseguiam retomar a Cisplatina. Esta situação prejudicava o comércio na região, fator que estimulou a Inglaterra em buscar mediar o conflito, obtendo êxito por meio de um acordo de paz celebrado em 27 de agosto de 1828, em que ambos os países concordaram em desmilitarizar a área e reconhecer a independência uruguaia (Doratioto 2014, 19-21; Garcia 2005, 41-44).

Durante o Primeiro Reinado Brasileiro não percebemos a presença militar na diplomacia de Estado. Tal situação pode ser explicada pelo fato de, mesmo na condição de Estado independente, o Brasil encontrava-se em processo de reconhecimento de sua independência pelas principais potências da época. Diante desse panorama, as interferências diplomáticas estrangeiras ocorriam com maior facilidade e poder de barganha. Com isso, os militares atuavam exclusivamente no campo bélico e estavam focados nas conquistas e ocupações territoriais. No caso

da campanha da Cisplatina, a iniciativa inglesa foi provocada pela defesa dos seus interesses na região do Prata. Cabe destacar que, assim como o Brasil, diversos países sul-americanos estavam em processo de independência ou no aguardo deste reconhecimento pelas potências da época.

Em 1851 e 1852, ocorreu a Guerra do Prata ou Guerra contra Oribe e Rosas, tratando-se de uma disputa entre Argentina, Uruguai e Brasil pela influência do Paraguai. A guerra terminou com a vitória dos aliados (Brasil, Uruguai e províncias argentinas de Entre Rios e Corrientes) sobre a Confederação Argentina, garantindo ao Brasil hegemonia na região do Prata por conta da manutenção da independência do Paraguai e do Uruguai, além de ter evitado a invasão argentina no Rio Grande do Sul. O presidente uruguaio Venâncio Flores solicitou ao governo imperial empréstimo financeiro e o apoio de uma divisão do Exército Brasileiro para atuar no território uruguaio. O Tratado de Aliança, de 12 de outubro de 1851, garantiu o envio de uma Divisão de Observação para a Banda Oriental contando com cerca de 4 mil homens, sob o comando do Brigadeiro Francisco Félix da Fonseca Pereira Pinto. A tropa divisionária chegou em Montevidéu a 3 de junho de 1854. Diante do crescimento da oposição no Uruguai, Flores renunciou em 10 de setembro de 1855, sendo substituído por Manuel Bustamante, Presidente do Senado. Em 14 de novembro de 1855, a Divisão brasileira regressou ao Brasil (Brasil 2023).

O fim desta guerra não foi capaz de promover a paz à região e, nesse sentido, as disputas territoriais conduziram a outro conflito, a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Entretanto, aqui percebemos uma novidade no campo militar: Após a realização dos tratados e acordos pelas partes beligerantes, o emprego de tropas passou a entrar em pauta nas cláusulas de arbitragem, representando a imposição da vontade do vencedor. Os militares passaram a ser empregados de forma persuasiva, como força armada lotada no estrangeiro, em condições de lutar pelos interesses do seu próprio Estado.

O período pós-guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai foi marcado por disputa entre o Brasil e a Argentina pela influência no Paraguai. As tropas brasileiras ocuparam o Paraguai no período de 1869 até 1876, quando foi assinado tratado entre o Paraguai e a Argentina, e as forças brasileiras retiraram-se do Paraguai. A ocupação das tropas do Império brasileiro foi acompanhada de tropas argentinas nos arredores. Assim como ocorreu após a Guerra contra Oribe e Rosas,

quando o Brasil usou força militar para influenciar no quadro político interno do Uruguai, essa foi a primeira vez que o Brasil empregou suas forças armadas para influenciar na política do Paraguai. Entre 1869 e 1872, o General Auto Guimarães era o principal representante brasileiro no Paraguai, comandando uma divisão composta por duas Brigadas, somando ao todo 3.453 praças e 269 oficiais. Além da Força Terrestre, o Brasil manteve pelo menos seis navios de guerra no porto de Assunção, enquanto que as forças argentinas em Villa Ocidental não ultrapassavam 300 homens, sem artilharia ou cavalaria. O Paraguai dispunha de 300 policiais, dotados em sua maioria com revólveres (Doratioto 2004, 209-213).

Diante do impasse entre o Império e a Argentina em relação a ocupação da região do Chaco Boreal, a questão foi submetida à arbitragem internacional pelo Presidente norte-americano Rutherford Hayes que, em 1878, declarou paraguai a região do Chaco que englobava Villa Ocidental (Doratioto 2014, 45-48).

Definida a fronteira brasileiro-argentina, impedindo-se sua expansão para a região oeste brasileira, o Laudo Hayes contribuiu significativamente para novas reivindicações da Bolívia perante os EUA. Diante da recusa norte-americana e da ocupação da região do Chaco Boreal por paraguaios e bolivianos, com o passar das décadas as hostilidades aumentaram de frequência até o momento que culminou na eclosão da guerra do Chaco.

Encerrando as discussões sobre a participação de militares brasileiros na diplomacia do Estado Imperial, ressaltamos, no período republicano, a questão do Amapá e do Acre como os primeiros desafios diplomáticos no advento da República no Brasil.

Em 1900, o litígio com a França sobre os limites da Guiana Francesa foi levado ao arbitramento em Berna, apresentando resultado favorável para o Brasil e seu diplomata, barão do Rio Branco, por parte do Conselho Federal Suíço, presidido por Walther Hauser, definindo a fronteira no Rio Oiapoque. Em 1903, o barão do Rio Branco descarta o arbitramento e busca uma solução política para o caso acreano. Com a tomada da cidade de Puerto Alonso e aclamação de Plácido de Castro como governador do Estado independente do Acre, tropas brasileiras são deslocadas para a região conflagrada em virtude do envio de forças militares pelo presidente boliviano José Manuel Prando. É então assinado com a Bolívia um acordo para cessar as hostilidades e iniciar o trato diplomático. O resultado dessas

negociações foi a assinatura do Tratado de Petrópolis, em que o Brasil fez permuta territorial e outras compensações, em troca da incorporação do Acre, pagamento de uma indenização de 2 milhões de libras à Bolívia e construção da Ferrovia Madeira-Mamoré, com a finalidade de facilitar o comércio boliviano pelo rio Amazonas (Garcia 2005, 85-87).

Em relação aos vizinhos sul-americanos, o Brasil não hesitou em empregar suas forças armadas como demonstração de força para favorecer o trato diplomático. Em especial, no caso do litígio com a Guiana Francesa, território ultramarino francês, o Brasil adotou a postura de buscar o arbitramento internacional, sem levar em consideração o emprego de tropa, ciente da sua inferioridade no campo militar.

Durante a Primeira Guerra Mundial, a participação brasileira constituiu-se pela distribuição de suprimentos aos aliados, envio de dez aviadores ao Reino Unido, uma missão médica à França e uma frota de seis navios que não entrou em combate por conta de um atraso ocorrido em Dacar, no Senegal (Garcia 2005, 68).

O término da Primeira Guerra Mundial e o conseqüente surgimento da Liga das Nações marca uma nova fase diplomática mundial. Em virtude do número elevado de baixas e diversos efeitos colaterais provocados por esta grande guerra, a intenção lançada nesta Organização seria a de evitar os conflitos entre os Estados. Esta organização internacional tinha por objetivos também promover o desarmamento, intensificar as ações diplomáticas, buscar a cooperação internacional e restringir o direito de fazer a guerra (Garcia 2005, 98-105).

Na década de 1930, paralelo ao problema do litígio do Chaco Boreal, a Colômbia e o Peru encontravam-se também em estado de guerra. Nesta questão Colombo-Peruana, a arbitragem foi efetuada por intermédio de uma Comissão Mista criada pelo Protocolo assinado em 24 de maio de 1934 pelas Delegações dos respectivos governos. Para a solução da questão de Letícia, o general de divisão Cândido Mariano da Silva Rondon, foi posto à disposição do Ministério das Relações Exteriores para presidir a referida Comissão (Brasil 1934).

A título de exemplo, no período compreendido entre os anos de 1932 a 1938, podem ser verificadas, nos Boletins do Exército, publicações contendo passagem de oficiais à disposição dos Ministérios do Estado brasileiro. No caso do Ministério das Relações Exteriores, grande parte dos militares selecionados serviram como

auxiliares técnicos da Comissão de Limites e Caracterização de Fronteiras do Brasil (Brasil 1932, 94).

O general Rondon, juntamente com a Comissão composta por integrantes da Colômbia e do Peru, permaneceu de 1934 a 1938 como mediador, restabelecendo a paz na tríplice fronteira através de um acordo definitivo (Rodrigues; Zampa 2020, 290; Wanderley Junior 2020).

O processo de arbitragem na Questão Letícia foi solucionado com a participação de três Estados envolvidos diretamente no caso: Brasil, Colômbia e Peru. Na questão do Chaco, veremos que o processo de arbitragem ocorreu de modo inovador na América, uma vez que não dependera de arbitragem unilateral dos Estados Unidos da América, principal potência continental, e nem de Estados envolvidos diretamente na questão, mas sim pela participação de seis Estados Mediadores, além dos dois beligerantes, todos do continente americano.

Sobre a atuação militar na diplomacia brasileira, no período da Conferência de Paz do Chaco, os relatórios do Ministro da Guerra, os Boletins do Exército, os Boletins Reservados do Exército e o acervo pessoal do então coronel Estevão Leitão de Carvalho, representam um conjunto de fontes indispensáveis do acervo do Arquivo Histórico do Exército. Após análise destes documentos, pôde ser percebida como corriqueira a prática de passagem de militares, sobretudo oficiais, à disposição do Ministério das Relações Exteriores, para fins diplomáticos.

De modo distinto ao que ocorreu no período imperial e na Primeira República do Brasil, a atuação dos militares deixou de ser marcada pelo emprego de tropa em área de litígio. A partir da Guerra do Chaco, um novo formato se instalou: Atuação de militares como soldado-diplomatas, ou seja, os delegados militares participaram do processo de negociação da paz, intermediando os interesses entre os beligerantes. Para isso, mantiveram-se em contato constante com os comandantes-em-chefe dos exércitos envolvidos no campo de batalha, executaram as cláusulas protocolares que amparavam seu emprego e reportavam as ações aos delegados (embaixadores) da Conferência de Paz.

Enquanto a Conferência de Paz do Chaco funcionou em Buenos Aires, a Comissão Militar Neutra, organismo a ela subordinado, teve como sede a cidade boliviana de Villa Montes, pela sua proximidade em relação aos quartéis-generais dos exércitos que combateram no Chaco Boreal.

No rol de atribuições da 2ª Seção, do Estado-Maior do Exército, cabia, além do serviço de informações, a ligação com o Ministério das Relações Exteriores. O Estado-Maior do Exército nomeava representantes em conferências e comissões, bem como designava adidos militares. Os relatórios do Ministro da Guerra eram elaborados anualmente e o conteúdo incluía os acontecimentos do ano imediatamente anterior. Isso quer dizer que, no relatório de 1936, o Estado-Maior do Exército, fruto dos trabalhos iniciados na Comissão Militar Neutra, subordinada à Conferência de Paz do Chaco, instaurada em 12 de junho de 1935, preocupou-se em amparar o emprego dos seus militares em prol da diplomacia do Estado brasileiro. No relatório do ano de 1937, referente ao ano de 1936, no que competia à 2ª Seção do Estado-Maior do Exército, foi reafirmado que o serviço de ligação com o Ministério das Relações Exteriores continuava com regularidade e reciprocidade das informações prestadas (Brasil 1936, 31).

A atribuição de missão diplomática a um militar do Exército tratava-se de um processo seletivo minucioso para a designação do pessoal para este desempenho funcional.

Após o término dos trabalhos da Comissão Militar Neutra, ainda em 1935, diversos militares permaneceram à disposição da Conferência de Paz para fiscalizar o processo de manutenção do controle do território em litígio pelos Estados mediadores, como os adidos militares e outros designados, a exemplo do capitão Pedro da Costa Leite, posto à disposição do Ministério das Relações Exteriores para servir na Comissão Militar do Chaco (Brasil 1938, 3).

Para o entendimento sobre o emprego dos militares como adidos, na década de 1930, as representações diplomáticas possuíam dois grandes níveis de postos: Embaixada e Legação. A criação de postos diplomáticos e a nomeação de seus indivíduos para ocupá-los era de responsabilidade do chanceler (Ministro das Relações Exteriores). A distinção nestes níveis era feita levando-se em consideração a importância que o Estado representava diplomaticamente. Na Argentina, o Brasil possuía Embaixada, enquanto na Bolívia e no Paraguai, possuía Legações. O chefe da missão diplomática em uma embaixada era denominado embaixador, enquanto a chefia de uma legação era ocupada pelo Encarregado de Negócios ou Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário. Além dos chefes,

as representações diplomáticas possuíam secretários e adidos (civis e militares) (Brasil 2021).

O Corpo Diplomático Estrangeiro na Argentina era composto por representantes da carreira diplomática, bem como por militares que desempenhavam os cargos de adido militar, naval ou aeronáutico. Embora funcionasse na capital argentina, a Conferência de Paz do Chaco foi um organismo diplomático instaurado e composto pelos seis Estados mediadores: Argentina, Brasil, Chile, Estados Unidos da América, Peru e Uruguai. E também pelos dois ex-beligerantes: Bolívia e Paraguai.

O Corpo Diplomático Estrangeiro na Argentina desempenhava suas próprias funções de diplomacia de Estado, enquanto que a Conferência de Paz tratava-se de um organismo próprio, composto por pessoal específico, que não possuía relação com o Corpo Diplomático acreditado na Argentina neste período e seu único objetivo era mediar o processo de paz do Chaco. Do mesmo modo como funcionavam os postos diplomáticos, a Conferência de Paz empregou estrutura similar à de uma representação diplomática. Ao invés de embaixadores, encarregado de negócios e enviados extraordinários, eram nominados delegados.

Adido militar significa o assessor militar de missão diplomática, cargo exercido por oficial das Forças Armadas integrante da respectiva missão, e acreditado junto ao Governo para o exercício de funções (Brasil 2021).

Durante o período da Guerra do Chaco, para cada embaixada ou legação presente nos países sul-americanos envolvidos direta e indiretamente no conflito, havia uma aditância militar³.

O cargo de adido militar brasileiro, mesmo na década de 1930, foi exercido por militares experientes, oficiais superiores com mais de vinte anos de serviço. Atualmente, o cargo de adido é exercido majoritariamente por oficiais superiores da mais alta patente – Coronel – havendo também o desempenho da função por oficiais no posto de Tenente-Coronel, imediatamente inferior ao posto de Coronel (Brasil 2000).

³ Estrutura física e de pessoal junto a uma representação diplomática. O adido militar é oficial das Forças Armadas alocado em uma embaixada com a finalidade de trabalhar em ligação com as autoridades militares locais.

A atuação dos militares brasileiros, em especial do Exército, durante o período das negociações da Conferência de Paz do Chaco, foi além das mediações efetuadas no campo de batalha. Ocorreu também sob o formato de acordos bilaterais, denominados Comissões Mistas, como no caso do Brasil com a Bolívia para a realização de estudos para a construção de linhas férreas que ligassem Santa Cruz de la Sierra a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, bem como para estudar a localização e o aproveitamento de petróleo boliviano (Brasil 1937, 11).

No âmbito do Exército, o assunto sobre a Guerra do Chaco era classificado como reservado em grau de sigilo. O documento institucional intitulado *Synthese das informações colhidas sobre a guerra boliviana-paraguaya*, elaborado em 1935 pelo Estado-Maior do Exército, foi colocado no rol da relação dos documentos controlados (Brasil 1935).

Em suma, o Brasil na década de 1930 contou com atuação dos militares de forma diplomática na política externa. Os militares passaram a atuar isoladamente, do mesmo modo como os representantes diplomáticos (embaixadores, ministros plenipotenciários ou encarregados de negócios), participando do processo de paz nos conflitos da América do Sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A diplomacia brasileira, assim como a diplomacia em escala global, passou por um processo de evolução quanto ao emprego de militares. Ao invés de intervenções unilaterais por parte de potências na solução de litígios, o formato final observado até o período anterior à Segunda Guerra Mundial concentrava diversos Estados mediadores com poder de voto nas decisões efetuadas.

Apesar do fracasso da Liga ou Sociedade das Nações em arbitrar conflitos, o continente americano encontrou uma solução própria de sucesso: Estados do próprio continente arbitrando as questões regionais, como no caso da Guerra Colombo-Peruana ou Guerra Paraguaio-Boliviana.

Mais tarde, após o término da Segunda Guerra Mundial e a criação da Organização das Nações Unidas, o emprego de militares em soluções de litígios começou a se elevar gradativamente, adquirindo o formato conhecido no século XXI.

Por fim, o estudo sobre a atuação de militares em prol da diplomacia de um dado Estado permite assinalar o marco histórico para o embasamento de discussões teóricas sobre diplomacia militar.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. *Boletim do Exército*. 1932 a 1934.
- BRASIL. Arquivo Histórico do Itamaraty. *Ofícios, Telegramas e Despachos da Embaixada do Brasil em Buenos Aires*. 1932 a 1938.
- BRASIL. Arquivo Histórico do Itamaraty. *Ofícios, Telegramas e Despachos da Legação do Brasil em Assunção*. 1932 a 1938.
- BRASIL. Arquivo Histórico do Itamaraty. *Ofícios, Telegramas e Despachos da Legação do Brasil em La Paz*. 1932 a 1938.
- BRASIL. Arquivo Nacional. *Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra*. 10 nov. 2016. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/233-secretaria-de-estado-dos-negocios-estrangeiros-e-da-guerra>. Acesso em: 8 ago. 2023.
- BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Decreto Nº 3.397, de 30 de março de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3397impressao.htm. Acesso em: 4 jul. 2022.
- BRASIL. Exército Brasileiro. *Campanha de 1851-52 contra Oribe e Rosas*. Disponível em: https://www.eb.mil.br/exercito-brasileiro?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_assetEntryId=1549349&_101_type=content&_101_urlTitle=campanha-de-1851-52-contr-oribe-e-rosas&inheritRedirect=true. Acesso em: 18 ago. 2023.
- BRASIL. Ministério da Defesa. *Instruções Gerais para as relações entre o Ministério da Defesa, as Forças Armadas e os Adidos Militares Estrangeiros*. MD53-I-01. 2. ed. Brasília: Ministério da Defesa, 2021.
- BRASIL. Exército Brasileiro. *Synthese das informações colhidas sobre a guerra boliviano-paraguaya, no chaco boreal, e seus antecedentes* (relatório secreto). Rio de Janeiro: Imprensa do EME, 1935.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Legações e embaixadas do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2021.

Bibliografia

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

DIPLOMACIA. In: MICHAELIS, *Dicionário Online de Língua Portuguesa*. 2022. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/diplomacia>. Acesso em: 12 dez. 2022.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva; VIDIGAL, Carlos Eduardo. *Historia das relações internacionais do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2014.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. A ocupação político-militar brasileira do Paraguai (1869-1876). In: CASTRO, Celso; IZECKSON, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. *O Brasil no rio da Prata (1822-1994)*. Brasília: Funag, 2014.

GARCIA, Eugênio Vargas. *Cronologia das relações internacionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

OSTELLINO, Piero. Diplomacia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. v. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

PIMENTEL, José Vicente de Sá (org). *Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1950)*. v. 2. Brasília: Funag, 2013.

RICUPERO, Rubens. O Brasil no mundo. In: SCHWARCZ, Lilia. *História do Brasil Nação: 1808-2010*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

RODRIGUES, Fernando da Silva; ZAMPA, Vivian. A Guerra Colombo-Peruana e o Exército Brasileiro (1932-1934): perspectivas e possibilidades de estudo para a nova história militar. *Antíteses*, Londrina, v. 13, n. 26, p. 276-302, jul-dez. 2020.

SILVA, Vinícius Lemos da. *A diplomacia militar e sua contribuição para a política externa brasileira*. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

WANDERLEY JUNIOR, Helio Irary. *Questão Letícia: Análise da atuação militar brasileira no conflito colombo-peruano (1932-1934)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2020.